

**PROVINCIA DA HUÍLA**  
**GRUPO PROVINCIAL DE AVALIAÇÃO DE VULNERABILIDADE**

**AVALIAÇÃO DA VULNERABILIDADE DA POPULAÇÃO À INSEGURANÇA  
ALIMENTAR**  
**(Novembro 2002/Abril de 2003)**

Membros do grupo:

- ZOA
- OIKOS
- AICF
- MSF-E
- ALISEI
- CLUSA
- ADESPOV
- CNR
- PRAZEDOR;
- MINSA
- MINADER
- MINARS
- GEPE;
- UNICEF
- OCHA
- FAO/UCPE
- UNSECOORD
- PAM

**Lubango/Maio de 2003**

## Resumo executivo

Durante o período Novembro/02 à Abril/03, registaram-se algumas alterações na acessibilidade a nível da província, mas não provocaram grandes constrangimentos na movimentação de pessoas e bens assim como nas actividades das organizações humanitárias. De entre os incidentes registados, tiveram algum impacto negativo na circulação de pessoas e bens, a identificação e remoção de uma mina (nova) anti-tanque no troço Galangue II/Chipindo, na segunda quinzena de Dezembro, ocasionando a suspensão temporária da circulação de automóveis das Agências das Nações Unidas e organizações humanitárias que se regem pelo sistema de segurança das Nações Unidas neste percurso, até ao final da primeira semana de Janeiro/03.

No período em referência, registaram-se movimentos de retorno de famílias (deslocados, desmobilizados e familiares que se encontravam em diferentes áreas de Acolhimento/aquartelamento) às suas áreas de origem. A maior parte das famílias deslocadas que se encontravam nos bairros periféricos e áreas de reassentamento do município da Matala, retornaram espontaneamente para as suas áreas de origem – aldeias dos municípios da Chicomba e Jamba.

Entre Novembro a Janeiro a tendência dos preços dos alimentos e outros bens de consumo básicos foi de aumento. Regra geral, por ocasião da quadra festiva verifica-se um aumento dos preços, devido a grande procura assim como os comerciantes praticam geralmente neste período preços especulativos. A partir de Fevereiro registou-se uma redução gradual dos preços. Em consequência do aumento dos preços os agregados de baixa renda enfrentaram dificuldades no acesso a determinados alimentos e bens de consumo – redução do poder de compra.

Em relação ao semestre anterior, registaram-se melhorias na situação nutricional das famílias que se encontram nas sedes e algumas localidades dos municípios do Kuvango (sede e Galangues), Chipindo (sede) e Caconda (sede e Cusse). As taxas actuais de malnutrição aguda (global e severa) dão indicações em como a situação não é preocupante, mas recomenda-se uma monitorização constante da situação, assim como a continuidade dos programas nutricionais. Nos demais municípios da província, a situação nutricional não é preocupante – taxas de malnutrição dentro dos limites considerados normais.

A malária e as doenças diarreicas e respiratórias agudas, continuaram a ser as patologias mais frequentes diagnosticadas nas unidades sanitárias da província durante o período em análise, das quais a malária foi a que mais óbitos causou.

Nas zonas urbanas (a excepção da cidade do Lubango onde existe um sistema de recolha/remoção de lixo - contentores espalhados pela cidade e alguns bairros periféricos) e rurais, o lixo é colocado em aterros sanitários e/ou em lixeiras onde periodicamente ateam fogo.

No período em análise, quer nas zonas rurais como urbanas, as famílias tiveram diversas oportunidades para realizarem diferentes actividades de geração de renda. As mais praticadas nas zonas urbanas foram o comércio informal; prestação de trabalhos domésticos ocasionais; movimentação de carga nos mercados e lojas assim como venda de brita e estiva de pedras para construção civil. Algumas famílias que vivem na periferia dos centros urbanos realizaram empreitadas agrícolas e venda de bebidas fermentadas de fabrico caseiro. Nas zonas rurais, as principais actividades de geração de renda praticadas foram a realização de empreitadas agrícolas; venda de bebidas fermentadas de fabrico caseiro; venda de artefactos diversos assim como a realização de pequenos negócios nos mercados locais.

As chuvas começaram a ocorrer nalguns municípios da região Norte da província (Caluquembe e Quilengues) a partir do mês de Setembro, enquanto que na maior parte dos municípios registaram-se quedas pluviométricas Outubro. Entre Outubro a Março, a frequência das chuvas foi regular e a intensidade variou entre moderada a forte.

Algumas organizações humanitárias que intervêm no sector agrícola, realizaram distribuições de insumos agrícolas em dez dos catorze municípios da província, beneficiando um total de 30,851 famílias (deslocados, retornados e residentes). Não houve referência de dificuldades no acesso a terra.

De um modo geral, registou-se um bom desenvolvimento das culturas, prevendo-se boas colheitas e uma produção total satisfatória, garantindo a constituição de reservas. O período de consumo das reservas alimentares que as famílias forem capazes de constituir será variável. Considerando as áreas cultivadas pelos diferentes grupos populacionais, presume-se que os residentes terão reservas de cereais e leguminosas suficientes para cobrir as necessidades das famílias por um período igual ou superior a 7 meses a contar da data da colheita (Maio). As famílias reassentadas e algumas que retornaram antes de Outubro/02 que foram capazes de cultivar áreas de 1 – 2 ha, poderão constituir reservas cujo período de consumo variará entre 4 a 6 meses ao passo que as famílias que cultivaram apenas áreas entre 0.5 – 1 ha, as reservas poderão cobrir períodos que variam entre 2 a 4 meses.

Das áreas avaliadas, o risco geográfico a insegurança alimentar foi maior (Moderado a Elevado) nas comunas de Cusse e Uaba (Chicomba), Chicomba, Cutenda, Chipindo e Galangues (Kuvango). Na maior parte das localidades onde foi possível obter informações para análise de vulnerabilidade, o risco geográfico foi avaliado como Moderado, enquanto que nas sedes municipais e algumas comunais das áreas tradicionalmente acessíveis o risco foi avaliado como Moderado a Baixo. O município do Lubango é o que apresenta menor risco geográfico à insegurança alimentar – Baixo.

Os grupos populacionais em situação de insegurança alimentar e vulnerabilidade elevada, representados maioritariamente pelos retornados, deslocados e reassentados, que necessitam de assistência alimentar imediata, encontram-se maioritariamente nos municípios de Cacula, Caluquembe, Jamba, Kuvango, Quilengues, Caconda, Matala e Lubango.

## 1. Introdução

A Análise de Vulnerabilidade constitui um exercício sistemático, realizado semestralmente na província pelos diferentes actores sociais (Governamentais e não governamentais), que visa analisar os factores que influenciaram o grau de vulnerabilidade dos diferentes grupos populacionais assim como das diferentes áreas geográficas.

A vulnerabilidade é determinada pelo grau de exposição ao risco e a capacidade de resposta em relação ao risco. Assim sendo, quanto maior for a exposição ao risco, menor será a capacidade de resposta e conseqüentemente maior será o grau de vulnerabilidade. De igual modo, pode-se afirmar que quanto menor for a exposição ao risco, maior será a capacidade de resposta e concomitantemente menor será o grau de vulnerabilidade.

A presente análise cobre o período entre Novembro/02 a Abril/03, ao longo do qual ocorreram vários fenómenos e actividades que exerceram influência na capacidade de subsistência das famílias. Pretende-se com a presente Análise de Vulnerabilidade, alcançar os seguintes **objectivos específicos**:

- ☞ Avaliar o desenvolvimento da campanha agrícola e estimar as produções das principais culturas instaladas;
- ☞ Estimar o período de duração das reservas de cereais, leguminosas e raízes das famílias em função das produções obtidas;
- ☞ Determinar os factores de risco à insegurança alimentar nas diferentes áreas geográficas da província e dos diferentes grupos populacionais presentes nas áreas acessíveis da província;
- ☞ Prever as alterações no grau de vulnerabilidade dos grupos populacionais, por área geográfica, no período Maio-Outubro/2003;
- ☞ Identificar as áreas geográficas de mais elevado risco à insegurança alimentar e
- ☞ Identificar, localizar e quantificar os grupos populacionais que se encontram nas diferentes categorias ou situações de vulnerabilidade (insegurança alimentar; vulnerabilidade elevada; vulnerabilidade moderada e vulnerabilidade baixa – potencialmente vulneráveis).

Os elementos sobre os quais baseou-se a análise de vulnerabilidade foram a Acessibilidade; Agricultura; Mercados; Saúde, Nutrição e Saneamento e Meios de Sustento e Estratégias de Sobrevivência.

Participaram e contribuíram com informações relevantes para o processo de análise de vulnerabilidade, técnicos de organizações humanitárias e Agências das Nações Unidas (ZOA; AICF; OIKOS; MSF-E; ALISEI; CLUSA; CARITAS; ADESPOV; PRAZEDOR; CNR; UNICEF; OCHA, FAO/UCPE, UNSECOORD e PAM), Gabinete de Estudos, Planeamento e Estatística do Governo da Huíla e das Direcções provinciais do MINADER; MINSa e MINARS. O Subgrupo técnico nacional de Análise de Vulnerabilidade, prestou apoio metodológico e técnico ao Grupo provincial de Análise de Vulnerabilidade.

O relatório integra discussões dos cinco elementos de análise de vulnerabilidade; Identificação e caracterização das áreas em risco de insegurança alimentar; Determinação do grau de vulnerabilidade dos grupos populacionais em risco de insegurança alimentar; análise cruzada do grau de vulnerabilidade geográfica e dos grupos populacionais (Índice integrado de vulnerabilidade) e recomendações gerais.

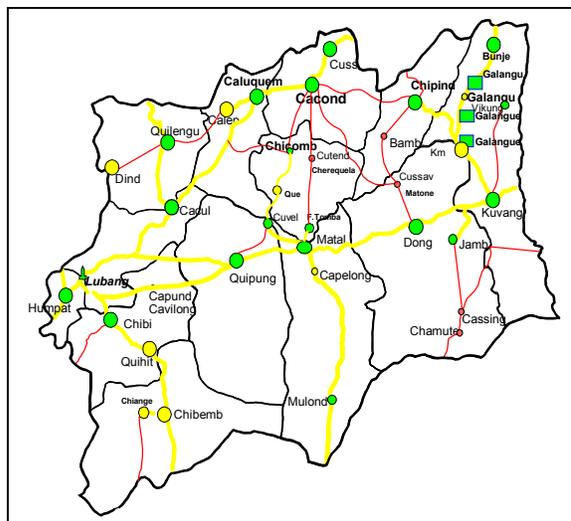
## 2. Acessibilidade e População

Durante o período Novembro/02 à Abril/03, registaram-se algumas alterações na acessibilidade a nível da província, mas não provocaram grandes constrangimentos na movimentação de pessoas e bens assim como nas actividades das organizações humanitárias.

De entre os incidentes registados, tiveram algum impacto negativo na circulação de pessoas e bens, a identificação e remoção de uma mina (nova) anti-tanque no troço Galangue II/Chipindo, na segunda quinzena de Dezembro, ocasionando a suspensão temporária da circulação de automóveis das Agências das Nações Unidas e organizações humanitárias que se regem pelo sistema de segurança das Nações Unidas neste percurso, até ao final da primeira semana de Janeiro/03.

Ainda durante o mês de Dezembro, ocorreram dois actos de banditismo no troço rodoviário Caluquembe/Caconda, nos quais não houve perdas humanas e manteve-se regular o

Figura 1 – Mapa sobre a acessibilidade a nível da província



tráfego de viaturas. Em Março, foi identificada e removida uma mina anti-tanque no troço rodoviário Fazenda Tomba – Cherequela; por este motivo, o UNSECOORD recomendou a não utilização desta via até que seja realizada uma nova prospecção de minas, que deverá ser realizada pela APN no decorrer do próximo trimestre.

Foram abertas no período em análise, as vias Matala – Capelongo - Mulondo e Lubango - Capunda Cavilongo – Quipungo, o que permitiu a expansão das actividades humanitárias nestas áreas. Continuaram inacessíveis para as organizações humanitárias as vias primárias e secundárias que dão acesso a algumas comunas dos municípios de Chicomba, Chipindo, Kuvango, Dongo e Dinde (Quilengues), devido a pontes partidas e/ou suspeita de minas.

Importa referir que os comerciantes, algumas organizações humanitárias (que não se regem pelo sistema de segurança das Nações Unidas – UNSECOORD) e organismos e órgãos do Estado e Governo, utilizam algumas vias que não foram ainda avaliadas pelo oficial de campo do UNSECOORD (consideradas zonas inacessíveis).

De um modo geral a maior parte das localidades da província são acessíveis, pelo que durante a estação chuvosa existem dificuldades na circulação nalguns troços das vias não asfaltadas, devido ao terreno lamacento e escorregadio e buracos. Registou-se maiores dificuldades nas estradas que dão acesso as localidades situadas na região Norte e Nordeste da província. Na figura 1, apresenta-se a situação da acessibilidade a nível da província.

Estão a ser realizadas nalgumas localidades dos municípios de Chicomba (Cherequela), Caconda e Chipindo (Bambi), prospecções e remoções de minas e outros engenhos explosivos. Com a abertura das vias que dão acesso a estas zonas, mais famílias em situação de insegurança alimentar poderão beneficiar de assistência humanitária assim como facilitará o processo de retorno das famílias às suas áreas de origem.

Durante a estação seca, as condições de transitabilidade serão melhores e espera-se um aumento significativo do fluxo de automóveis nas diferentes vias de acesso da província. Algumas organizações humanitárias prevêem expandir as suas acções noutros municípios logo que sejam acessíveis e/ou as condições de transitabilidade melhorem, aumentando assim a cobertura geográfica em termos de assistência humanitária.

De acordo aos dados fornecidos pelo Gabinete de Estudos Planeamento e Estatística do Governo provincial da Huíla, a população total da província é estimada em 2,386,694 habitantes. No quadro 1 apresenta-se o número de habitantes por município. O número médio de pessoas por agregado familiar é de 5 pessoas, das quais cerca de 3 constituem a força de trabalho activa da família – contribuem para a renda da família.

Entre Novembro/02 à Abril/03, registaram-se movimentos de retorno de famílias (deslocados, desmobilizados e familiares que se encontravam em diferentes áreas de Acolhimento/aquartelamento) às suas áreas de origem.

A maior parte das famílias deslocadas que se encontravam nos bairros periféricos e áreas de reassentamento do município da Matala, retornaram espontaneamente para as suas áreas de origem – aldeias dos municípios da Chicomba e Jamba. No entanto, os destinos da maior parte dos desmobilizados e seus familiares provenientes de diversas áreas de Acolhimento/Aquartelamento, foram os municípios do Lubango, Matala, Caconda, Caluquembe e Quilengues.

Até ao final de Abril, presume-se que cerca de 86,000 pessoas (deslocados) tenham já retornado espontaneamente às suas áreas de origem, enquanto que cerca de 25,000 pessoas retornaram no âmbito dos processos organizados sob coordenação do MINARS.

Existem deslocados (em áreas de reassentamento) com pretensões de retornarem às suas áreas de origem nos arredores das sedes municipais da Matala, Caconda, Cacula, Caluquembe, Jamba, Lubango e Kuvango, aguardando por apoio em transporte. Na tabela 1, apresenta-se os dados sobre os registos efectuados as famílias que retornaram às suas áreas de origem depois de Outubro de 2002 (deslocados, desmobilizados e familiares).

Considerando os diferentes tipos de movimento de retorno (intra-municipal, inter-municipal e inter-provincial), as Administrações municipais, em função das condições logísticas (transporte fundamentalmente), têm criado condições para acolherem as famílias que se encontram em trânsito. Existem infra-estruturas para recepção de famílias em trânsito nas sedes municipais de Caconda, Kuvango, Matala e Lubango.

**Quadro 1 - Dados demográficos da província**

Município	População (pessoas)
Caconda	147,059
Cacula	75,443
Caluquembe	225,235
Chibia	118,754
Chicomba	203,209
Chipindo	57,705
Gambos	225,235
Humpata	82,700
Jamba	76,417
Kuvango	77,767
Lubango	633,010
Matala	172,658
Quilengues	70,000
Quipungo	221,502
<b>Total</b>	<b>2,386,694</b>

Fonte: GEPE – Governo da Huíla

O processo de transporte dos desmobilizados e seus familiares que se encontram nas áreas de Aquartelamento/Acolhimento de Galangues I, II e III, ainda não terminou por razões logísticas (transporte). No quadro 2 apresenta-se o número de pessoas que ainda se encontravam nas áreas de Aquartelamento e Acolhimento a nível da província até ao final de Abril.

Até ao final de Abril, haviam sido registados pelo MINARS a entrada na província de 539 desmobilizados e 2,432 familiares, provenientes de Áreas de Aquartelamento/Acolhimento das províncias do Cunene, Bié, Kuanza sul, Moxico, Lunda Sul, Zaire, Kuando Kubango, Kuanza Norte, Uíge e Benguela e foram encaminhadas as respectivas áreas de origem – diversos bairros da cidade do Lubango e aldeias dos municípios da Matala, Caconda, Caluquembe e Quilengues.

No quadro 2 apresenta-se o número de pessoas (familiares e ex-militares que ainda se encontravam nas áreas de acolhimento e Aquartelamento dos Galangues (município do Kuvango) até ao final de Abril/03.

A excepção das pessoas que retornaram para a cidade do Lubango (área urbana) onde para além da razão alimentar que recebem aquando do registo, não voltam a beneficiar da distribuição alimentar, todas as famílias que têm estado a retornar as suas áreas de origem – zonas rurais, (quer as provenientes das Áreas de Acolhimento/Aquartelamento, como as que se encontravam na condição de deslocados em diferentes localidades e províncias), uma vez registadas pelo Sub-grupo provincial de verificação e registo, passam a beneficiar de assistência alimentar, em princípio para um período de 9 a 18 meses

**Quadro 2 – Situação nas áreas de Acolhimento até Abril/03**

Município	Área de Acolhimento	Familiares	Ex-Militares
Kuvango	Galangue I	4,520	737
	Galangue II	3,535	443
	Galangue III	993	77
<b>Total</b>		<b>9,048</b>	<b>1,257</b>

Fonte: Equipa de reverificação PAM/OIKOS

**Tabela 1 – Movimento de retorno entre Outubro/02 a Abril/03**

Município	Comuna	Localidade	Nº Pessoas	Nº Famílias
Caconda	Caconda	Caconda	1,778	371
Cacula	Cacula	Cacula	454	85
Caluquembe	Caluquembe	Caluquembe	1,344	338
Chicomba	Chicomba	Chicomba	382	170
		Vihopio	13	75
	Cutenda	Cutenda	573	154
		Nondumbu	659	172
		Tchelequela	877	219
Jamba	Dongo	Capuca	231	46
		Catraio	861	172
		Chissingui	241	48
		Liapupa	162	32
		Lilimbui	96	19
		Maiva	185	37
		Mbinji	143	29
		Mucuio	259	52
		Ngungu	27	5
		Tandu	76	15
Lubango	Lubango	Lubango	99	25
Matala	Matala	Matala	1,851	389
Quilengues	Quilengues	Quilengues	587	223
Kuvango	Galangue	Galangues I, II e III	1,033	303
		Km 50	227	140
		Vicungo		
Caconda	Caconda	Caconda		
<b>Total</b>			<b>12,158</b>	<b>3,119</b>

Fonte: MINARS/PAM/OCHA

(dependente da capacidade de adaptação ao meio e de auto-sustento).

Durante a estação seca (Maio/Agosto), prevêem-se movimentos significativos de retorno de famílias que ainda se encontram nos arredores e áreas de reassentamento de vários municípios da província assim como de famílias que se deslocaram para outras regiões do País.

### 3. Agricultura e pecuária

#### 3.1 Aspectos gerais

Em consequência das diferentes zonas agro-ecológicas da província, existem diferentes sistemas agrícolas a nível da província. As características edafo-climáticas das seis zonas agro-ecológicas, influenciam a prática da actividade agrícola e pecuária. As famílias que habitam nos municípios da região Sul, dedicam-se fundamentalmente a pecuária e agricultura de sequeiro (massambala, massango, milho, feijão, amendoim e batata doce), enquanto que nos municípios da região Centro e Norte, há um equilíbrio entre a pecuária e agricultura (milho, massambala, massango, feijão, amendoim, batata doce, mandioca)

O sistema horto-frutícola tem maior expressão nos municípios da Humpata e Chibia. No entanto, a horticultura é praticada com maior ou menor intensidade em quase todas as regiões da província.

Ao longo do período Novembro/Março, as famílias que se dedicam a produção agrícola estiveram envolvidas na sementeira e plantação de milho, massambala, massango, feijão, amendoim, batata doce e mandioca. A sacha foi outra actividade agrícola desenvolvida pelas famílias. Durante o período Novembro/Fevereiro, algumas famílias continuaram a realizar colheitas de hortícolas diversas, batata rena, milho e feijão, cultivados nas baixas durante a época de cacimbo (estação seca).

De acordo ao regime pluviométrico da província, as sementeiras de cereais e leguminosas realizam-se geralmente entre Outubro a Dezembro, enquanto que a plantação de mandioca e batata doce estende-se até meados de Abril.

Geralmente entre finais de Janeiro e ao longo do mês de Fevereiro ocorre o pequeno cacimbo e entre Março e Abril, algumas famílias voltam a semear fundamentalmente feijão macunde e continuam a plantar batata doce e mandioca.

As colheitas de feijão e amendoim (variedades de ciclo curto), começaram a ser realizadas a partir de Março assim como milho (na maior parte dos casos fresco) para consumo em grão ou em forma de pasta "chitiva"<sup>1</sup>. Algumas famílias que utilizaram sementes de massango de ciclo curto e semearam entre Outubro e Novembro, começaram a colher durante o mês de Abril. Para as que utilizaram sementes de ciclo longo, a colheita deverá ocorrer a partir de Maio. As colheitas de Massambala e batata doce deverão ocorrer a partir de Junho.

### 3.2 Análise do desenvolvimento da campanha agrícola

Registaram-se quedas pluviométricas nalguns municípios da região Norte da província (Caluquembe e Quilengues) a partir do mês de Setembro, enquanto que na maior parte dos municípios as chuvas começaram a ocorrer em Outubro. Entre Outubro a Março, a frequência das chuvas foi regular e a intensidade variou entre moderada a forte (Janeiro a Março).

Algumas famílias e técnicos de organizações humanitárias que intervêm no sector agrícola, informaram que as precipitações favoreceram a sementeira e plantação, assim como garantiram um bom desenvolvimento das culturas. A presente estação chuvosa foi melhor que a do ano passado.

Algumas organizações humanitárias que intervêm no sector agrícola (ZOA, OIKOS, ALISEI, CNR, CARITAS, ADRA-A e Visão Mundial), realizaram distribuições de insumos agrícolas em dez dos catorze municípios da província, beneficiando um total de 30,851 famílias (deslocados, retornados e residentes). As distribuições foram realizadas entre Setembro a Dezembro e o tipo e quantidade de insumos distribuídos nas diferentes áreas geográficas e grupos populacionais não foi uniforme, tendo variado em função das fontes de financiamento dos insumos (FAO, EuronAid, compras locais e importações com fundos das ONG). Na tabela a seguir apresenta-se o tipo e quantidade de insumos distribuídos.

**Tabela 2** - Distribuição de insumos agrícolas - 1ª época de sementeira

Município	Grupos	Nº de Famílias	Sementes						Instrumentos				Fertilizantes
			Milho	Massango	Massambala	Feijão	Macunde	Amendoim	Enxadas	Catanas	Machados	Limas	
Caconda	Deslocados	941	3.29	3.29	2.82	4.71	-	4.24	1,882	941	941	-	-
	Retornados	3,481	31.92	-	8.40	19.11	4.30	-	5,562	3,081	1,581	1,000	-
Cacula	Reassentados	1,151	13.15	0.35	4.03	11.98	6.50	5.80	1,902	651	238	238	9
	Retornados	550	16.50	1.10	1.65	6.05	6.05	4.95	1,375	550	-	-	-
Caluquembe	Deslocados	1,500	17.36	1.10	2.20	8.10	8.10	6.60	3,000	1,500	-	-	-
	Retornados	2,052	17.10	-	6.00	12.10	4.68	-	2,552	2,009	-	1,000	-
Chicomba	Retornados	2,578	-	-	-	7.38	-	-	-	-	-	-	-
Chipindo	Deslocados	6,531	53.66	22.50	9.50	35.45	-	47.00	7,731	6,200	1,700	-	-
Jamba	Retornados	4,174	49.95	10.00	10.00	10.45	-	2.05	3,110	2,556	313	1,555	-
Kuvango	Retornados	3,766	37.21	20.35	20.35	20.24	-	2.97	6,452	3,226	-	3,226	-
Matala	Residentes	1,593	18.00	4.00	-	11.00	-	-	-	-	-	-	-
Quilengues	Retornados	560	-	-	-	-	-	-	1,120	560	-	560	-
Quipungo	Reassentados	1,274	-	-	2.18	7.60	3.80	3.80	1,529	510	-	510	64
	Residentes	220	6.00	0.60	0.60	2.00	-	-	440	220	-	220	15.50
	Retornados	480	-	-	-	-	-	-	960	480	-	480	20
<b>Total</b>		<b>30,851</b>	<b>264.14</b>	<b>63.29</b>	<b>67.73</b>	<b>156.17</b>	<b>33.43</b>	<b>77.41</b>	<b>37,615</b>	<b>23,485</b>	<b>5,086</b>	<b>8,789</b>	<b>108.50</b>

Fonte: ZOA, Oikos, Alisei, CNR, Caritas, ADRA-A e Visão Mundial

De um modo geral, o período de distribuição dos insumos agrícolas não provocou constrangimentos significativos no processo de produção (preparação da terra e sementeira), no entanto, as famílias que receberam as sementes em Dezembro, semearam praticamente no limite do período recomendado, mas a regularidade das quedas pluviométricas favoreceram a germinação e o desenvolvimento das culturas. No entanto, as famílias que semearam cereais e leguminosas entre Janeiro e Fevereiro – sementeira tardia, não obterão bons resultados devido ao fraco desenvolvimento das culturas.

A distribuição de insumos agrícolas na campanha agrícola em curso, foi mais abrangente quer em termos de cobertura geográfica como de famílias assistidas, em relação a realizada na campanha agrícola anterior (2001/02). Contribuíram para o aumento da cobertura, a melhoria dos acessos e a expansão das actividades humanitárias para novas áreas acessíveis.

<sup>1</sup> Pirão confeccionado com farinha de milho fresco.

O número médio de pessoas activas por agregado familiar é de 3 indivíduos. A área média cultivada por família variou em função da posse de charruas ou da capacidade financeira para alugar uma charrua, assim como da quantidade de sementes que a família possui. Deste modo, as famílias residentes cultivaram áreas médias iguais ou superiores a 2 ha; as reassentadas cultivaram áreas que variaram entre 1 – 2 ha, enquanto que as famílias retornadas, cultivaram em média áreas que variaram entre 0.5 – 1 ha (menores áreas para as que retornaram depois de Outubro/02 e áreas maiores para as que retornaram antes de Outubro).

As percentagens de ocupação do solo das diferentes culturas, variou de acordo as características edafo-climáticas das diferentes regiões. Na região Sul (Chibia, Gambos e zona Sul da Matala, Quipungo e Jamba) a distribuição percentual das culturas foi a seguinte: massango 50%; massambala 30%, milho 10% e feijão, amendoim e batata doce 10%; na região Central (Lubango, Quipungo, Matala, Jamba, Chicomba e Sul do Kuvango e Quilengues), a distribuição percentual das culturas foi: milho 60%; massango 15%, massambala 10% e feijão, amendoim e batata doce 15%. Finalmente na região Norte (Caconda, Norte do Chipindo, Kuvango, Caluquembe e Quilengues), a distribuição percentual foi: milho 60%, massango 10%; massambala 10%, feijão e amendoim 15% e batata doce e mandioca 5%.

Para que as famílias obtenham colheitas suficientes para o seu auto-sustento, a área coberta por cereais (alimento básico) deve ser tão grande quanto possível. A preparação da terra é na maior parte dos casos efectuada com recurso a tracção animal uma vez que com enxadas as famílias não são capazes de preparar áreas suficientes para a sementeira dos cereais.

Os detentores de juntas de bois e respectivas charruas, têm a possibilidade de preparar áreas de acordo a quantidade de sementes que possuem e quando desejarem, enquanto que as famílias que recorrem ao aluguer de charruas, para além de ficarem dependentes da disponibilidade de charruas, a área trabalhada dependerá da capacidade financeira do solicitante. Existem casos em que o pagamento pelo aluguer da charrua é em espécie (parte da colheita, em que o tipo de produto e quantidade é acordada na altura do aluguer).

Os grandes e médios agricultores, recorrem geralmente a preparação mecanizada das terras, recorrendo ao aluguer de tractores privados ou da MECANAGRO. Existe uma grande variação dos preços praticados pelos diferentes detentores de tractores nos diversos municípios.

A maior parte da população para além da produção agrícola dedica-se a criação de aves e animais (galinhas, patos, caprinos, ovinos, suínos e bovinos). A posse de gado bovino é a maior preocupação e desejo das famílias - garante estrume para as culturas, é utilizado para a preparação da terra, fornece leite e carne e constitui também um bem de troca/venda em situações críticas.

Em consequência do aumento da procura de gado bovino nos municípios dos Gambos, Chibia, Quipungo e Matala, os detentores de gado bovino aumentaram em mais de 50% os preços praticados até ao final de Outubro. Isto é, antes por animal cobrava-se o equivalente a USD 100.00 e passaram a cobrar valores equivalentes a USD 150.00 – 250.00.

Durante o período em análise não foram referidas dificuldades na disponibilidade e acesso a água para o abeberamento dos animais assim como havia pastos em abundância. Em termos de sanidade animal, não houve referência de problemas relacionados com parasitoses nem doenças. Durante o mês de Abril estava em curso uma campanha de vacinação do gado bovino a nível da província.

### **3.3. Estimativas de produção e reservas alimentares**

Não existem dados quantitativos disponíveis quer junto da Direcção Provincial do MINADER, como das organizações humanitárias que intervêm no sector agrícola. No entanto, o bom desenvolvimento das culturas, permite prever boas colheitas e uma produção total satisfatória, que permitirá constituir reservas alimentares.

O período de consumo das reservas alimentares que as famílias forem capazes de constituir será variável. Considerando as áreas cultivadas pelos diferentes grupos populacionais, presume-se que os residentes terão reservas de cereais e leguminosas suficientes para cobrir as necessidades das famílias por um período igual ou superior a 7 meses a contar da data da colheita (Maio). As famílias reassentadas e algumas que retornaram antes de Outubro/02 que foram capazes de cultivar áreas de 1 – 2 ha, poderão constituir reservas cujo período de consumo variará entre 4 a 6 meses ao passo que as famílias que cultivaram apenas áreas entre 0.5 – 1 ha, as reservas poderão cobrir períodos que variam entre 2 a 4 meses a partir de Maio.

Importa referir que as famílias terão como opção de consumo em termos de cereais o milho e o massango fundamentalmente e como acompanhante o feijão, carne e peixe seco. O período de consumo dos cereais e leguminosas será função da intensidade de consumo, hábitos alimentares e práticas de preparação dos alimentos a nível dos agregados familiares.

Para além da parte da produção reservada para consumo da família, são separadas as porções que constituem reserva de sementes e excedente para venda na altura da colheita ou noutros períodos em que a procura é maior e os preços são mais elevados. A decisão sobre a utilização de parte das reservas alimentares para outros fins é

determinada pelas necessidades que o agregado tiver e da capacidade de mobilização de recursos através de fontes alternativas.

### **3.4 Necessidades para a próxima campanha agrícola**

Na próxima campanha agrícola os apoios em insumos agrícolas deverão ser concentrados nas áreas para as quais as famílias estão a retornar (maioritariamente localidades dos municípios da região Norte e Este) de modo a aumentar a capacidade produtiva das famílias e contribuir para o seu auto-sustento. Para além dos insumos agrícolas tradicionais (sementes, enxadas, catanas, machados e limas), as famílias solicitam também charruas e em caso de haver recursos suficientes, juntas de bois para utilização comunitária (constituição de brigadas de charrueiros).

Nas áreas onde as organizações humanitárias e o MINADER têm vindo a fazer distribuições gratuitas de insumos agrícolas há já algum tempo (Matala, Quipungo, Humpata e Chibia), deverão mudar de estratégia, passando para sistemas de facilidade no acesso aos insumos através de contrapartidas – em espécie ou venda a dinheiro, criando assim premissas para a mudança de mentalidade e atitude das famílias quanto ao acesso aos insumos agrícolas.

## **3. Mercados**

A maior parte das sedes municipais, comunais e localidades da província são acessíveis, garantindo assim o acesso físico aos mercados urbanos e rurais. A circulação regular nas vias que dão acesso às províncias do Namibe, Benguela, Kuando Kubango e Huambo permitem o estabelecimento de relações comerciais recíprocas.

Para além das ligações rodoviárias, alguns municípios (Lubango, Quipungo e Matala) possuem ligação ferroviária, que se estende até a província do Namibe a partir do Lubango. Esta constitui de igual modo uma mais valia na movimentação e transporte de pessoas e mercadorias, ao longo do ramal ferroviário.

O principal constrangimento para os automobilistas tem sido as más condições em que se encontram alguns troços das vias (quer sejam estradas asfaltadas como terraplanadas) – buracos, ravinas, pontes provisórias e troços com pavimento lamacento e escorregadio – que dificultam a transitabilidade.

As redes comerciais nos centros urbanos é mais diversificada e apresentam maior dinâmica. No sistema formal existem lojas, cantinas, praças, supermercados (apenas no Lubango) e pequenas unidades de comércio precário. No sector informal, existem vários comerciantes ambulantes e pequenos mercados espalhados pelos bairros e ao longo das principais vias de acesso rodoviário e nas estações de comboio.

Durante o período em análise, registou-se uma redução gradual da oferta de cereais e leguminosas nos mercados rurais e urbanos, com o conseqüente aumento dos preços, enquanto registou-se um aumento da oferta e diversidade de hortícolas. A partir de meados de Abril, a oferta de cereais e leguminosas começou a aumentar e os preços passaram a reduzir. Quanto às hortícolas, a oferta e diversidade começou a reduzir a partir de Abril.

A maior parte dos produtos não alimentares e alimentares industrializados, comercializados nos diversos mercados da província, são provenientes da Namíbia. A proximidade do posto fronteiriço de Santa Clara (província do Cunene), constitui uma mais valia para os mercados da região Sul, por garantir em relação a outros mercados do país, preços mais baixos devido aos reduzidos custos de transportação (via rodoviária).

Há maiores dificuldades (baixa disponibilidade e diversidade, assim como frequente instabilidade na oferta de produtos), nos mercados das áreas recentemente acessíveis, tais como algumas localidades dos municípios de Caconda, Jamba, Kuvango e Chicomba, devido ao deficiente acesso, não haver de momento produtos que atraiam os comerciantes e também pela pouca monetização dos mercados locais.

Existem diferenciais de preços entre os mercados urbanos e rurais. Os produtos agrícolas são mais baratos nos mercados rurais e mais caros nos mercados urbanos. Quanto aos produtos industrializados (alimentares e não alimentares), os preços são mais baixos nos mercados urbanos em comparação aos praticados nos mercados rurais. A diferença de preços tem haver com os custos adicionais de transportação assim como da relação procura oferta.

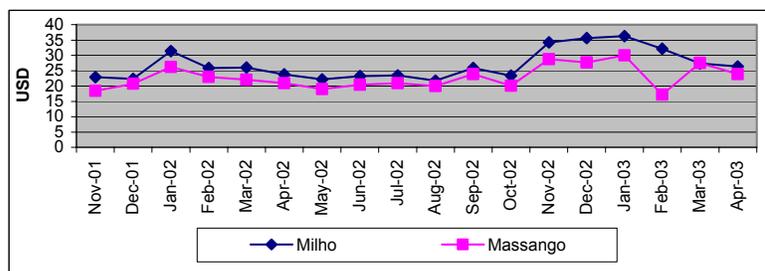
O acesso económico aos alimentos básicos variou em função do rendimento das famílias. A opção de compra (qualidade e quantidade) esteve dependente da disponibilidade de alimentos nos mercados e da capacidade financeira das famílias. Os agregados mais pobres adquiriram os produtos cujos preços eram os mais baixos nos mercados, que apesar da baixa qualidade garantiram a subsistência das famílias.

O custo médio mensal da cesta alimentar constituída por milho, feijão, óleo e sal, cujos preços (em kg ou litro) foram os mais baixos no mercado e que permite a uma família de 5 pessoas tomar refeições que forneçam 2,100 kcal/pessoa/dia durante 30 dias, aumentou gradualmente entre Novembro a Janeiro devido fundamentalmente a quadra festiva (período em que há uma subida geral dos preços dos alimentos e outros bens de consumo) e a partir de Fevereiro, registou-se uma redução contínua do custo da cesta alimentar em que o cereal de base foi o milho. Como alternativa ao milho, algumas famílias consomem o massango, cujo preço por kg é em geral, mais baixo que o do milho.

A tendência da variação do custo da cesta alimentar considerando como cereal o massango, foi semelhante a do milho, mas os custos foram mais baixos – mais acessível para as famílias. Em relação ao mesmo período do ano passado, verifica-se que a tendência da variação dos custos das duas cestas alimentares foi a mesma, mas os valores foram mais baixos. No gráfico 1 apresenta-se a variação mensal do custo médio mensal das cestas básicas, entre Janeiro/01 a Abril/03.

Gráfico 1 – Variação mensal das cestas alimentares básica (milho) e alternativa (massango)

A partir de Maio, haverá um aumento significativo da oferta de cereais e leguminosas nos mercados, como resultado das colheitas. Durante o período seco (Maio/Agosto) haverá maior fluxo de automóveis (com e sem tração) e conseqüentemente ocorrerão maiores trocas comerciais quer dentro como para fora da província.



Devido a grande procura de milho que tem ocorrido geralmente neste período

Fonte: PAM/VAM

(fundamentalmente por comerciantes provenientes de Benguela, Huambo e Luanda), poderá haver em pouco tempo (depois de 3 a meses) uma escassez de milho nos principais mercados deste produto (Quiungo e Matala). As possíveis implicações desta situação para a província, serão a baixa disponibilidade de milho nos mercados locais; aumento dos preços e o risco das famílias venderem mais do que o recomendável por causa dos preços que nesta altura são aliantes, com consequência negativa a médio prazo em relação a duração da reserva de milho.

Caso se concretizem as perspectivas de realização de trabalhos de manutenção das vias de acesso actualmente em uso, a construção e reabilitação de pontes, assim como a abertura de novas vias, irá contribuir para a ampliação da rede comercial da província e colocar a disposição das famílias os bens de consumo e serviços básicos, necessários para a sua subsistência.

## 5. Situação nutricional, saúde e saneamento

### 5.1 Inquéritos nutricionais

Ao longo do período em análise, a organização humanitária AICF em colaboração com técnicos do MINSA, realizaram inquéritos nutricionais nos municípios de Caconda (sede e comuna do Cusse); Chipindo (sede) e Kuvango (comuna de Galangue), enquanto que a MSF – E realizou também um inquérito nutricional no município da Matala. Os inquéritos foram realizados pelo método Peso/Altura, abrangendo população residente, retornados e famílias em áreas de Acolhimento. Na tabela 3 apresentam-se os resultados dos diferentes inquéritos nutricionais, exceptuando o do realizado na Matala (até a data da conclusão do relatório os dados não haviam sido divulgados).

Tabela 3 - Inquéritos nutricionais

Data	Local	Método	Grupo Populacional	Resultados (Z-Score)	
				Global	Severa
Dez-03	Caconda (sede) e Cusse	P/A	Resid. + desl. + retornados	8.3 [6.0 - 11.4]	1.4 [0.6 - 3.2]
Fev-03	Chipindo (sede)	P/A	Resid. e retornados	5.8 [4.4 - 7.5]	1.2 [0.6 - 2.1]
Fev-03	Kuvango (Galangues)	P/A	ARFs	5.2 [3.5 - 7.5]	1.6 [0.8 - 3.2]

Fonte: AICF/MSF-E

Os resultados do inquérito realizado em Caconda e Cusse, demonstram que a situação nutricional das famílias melhorou em relação a situação verificada em Janeiro e Maio de 2002. Pelos valores obtidos deve-se continuar a monitorar de perto o estado nutricional das famílias e dar continuidade aos programas nutricionais e de assistência alimentar em curso. O contínuo movimento de retorno das famílias às suas áreas de origem e a deficiente capacidade produtiva das famílias (residentes, retornados e deslocados) constituem factores que colocam em risco a situação nutricional das famílias.

Tanto entre os residentes<sup>2</sup> e retornados no Chipindo, como entre as famílias nas áreas de Acolhimento dos Galangues (I, II e III), os resultados obtidos estão dentro dos limites aceitáveis – situação normal. No entanto, existem alguns factores tais como a contínua chegada de famílias que estão a retornar as suas áreas de origem, a baixa capacidade produtiva das famílias, a escassez de serviços sociais básicos (saúde fundamentalmente) e o deficiente acesso a água adequada para o consumo humano, colocam em risco a manutenção da situação nutricional actual das famílias.

Recomenda-se tanto para Caconda e Cusse assim como para o Chipindo e Galangues, a continuidade dos programas nutricionais e de distribuição alimentar em curso; a implementação de programas que visam aumentar a capacidade produtiva das famílias (agro-pecuários); reforçar os programas de educação para saúde e despistagens

<sup>2</sup> Pessoas que foram encontradas na sede municipal na altura em que a zona passou a ser acessível para as organizações humanitárias

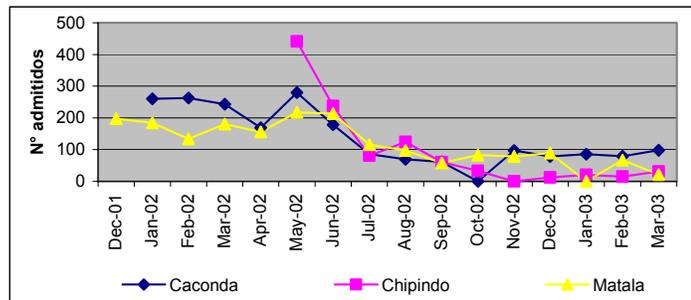
nutricionais; melhorar o acesso aos serviços de saúde e água de boa qualidade, assim como aumentar a cobertura da assistência aos grupos vulneráveis através da melhoria do sistema de registo.

### 5.2 Admissões nos Centros Nutricionais Terapêuticos e Suplementares

No período Novembro/02 – Abril/03, estiveram em funcionamento, centros Nutricionais Terapêuticos nos municípios de Caconda, Chipindo e Matala. No gráfico 2, apresenta-se a variação mensal das admissões e readmissões nos CNT entre Dezembro/01 à Maio/03.

Gráfico 2 – Admissões nos CNT

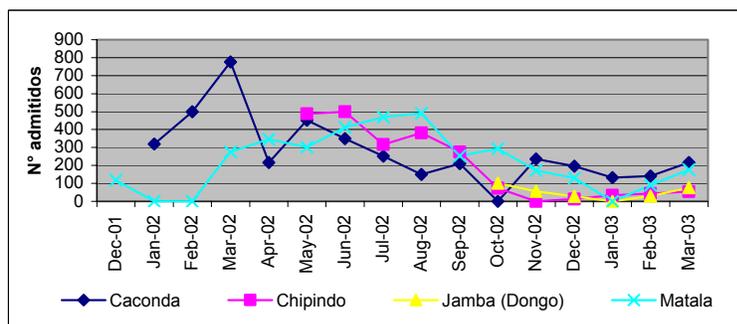
Como se pode observar no gráfico, durante o período em análise, registou-se pouca variação das admissões e readmissões em Cacomba, oscilando entre 80 a 100 admissões/mês. Esta situação é atribuída ao contínuo movimento de chegada de pessoas que têm estado a retornar as suas áreas de origem assim como residentes provenientes de localidades antes inacessíveis.



Fonte: AICF/MSF-E

Na Matala e no Chipindo, registou-se uma ligeira subida das admissões entre Novembro e Dezembro, enquanto que entre Janeiro a Março na Matala a tendência foi de redução – saída de deslocados em direcção as suas áreas de origem – e no Chipindo de aumento gradual – chegada de famílias que estão a retornar para as suas áreas de origem.

Gráfico 3 – Admissões nos CNS



Fonte: AICF/MSF-E

Quanto aos Centros Nutricionais Suplementares, estiveram em funcionamento no período em análise, nove Centros nutricionais que forneceram semanalmente rações secas (2 em Caconda, 2 na Matala, 1 no Dongo, 3 nos Galangues e 1 no Chipindo). No gráfico 3 apresenta-se a variação mensal das admissões e readmissões nos diferentes Centros entre Dezembro/01 a Maio/03.

Entre Novembro a Janeiro, com excepção dos Centros nutricionais do Chipindo e Galangue (Km 50), registou-se uma redução das admissões. Foram referidas como razões desta redução, a diminuição

do movimento de chegada de novos deslocados assim como a diminuição do número de crianças residentes desnutridas ou em risco de desnutrição, identificadas durante as despistagens nutricionais.

O aumento gradual das admissões em Caconda, Matala e Dongo a partir de Janeiro, teve haver com a chegada de famílias que estão a retornar às suas áreas de origem assim como a identificação de crianças em risco de desnutrição e alguns casos desnutridas, aquando das despistagens nutricionais realizadas na periferia das áreas onde se encontram os Centros.

No Chipindo e Galangues, registou-se um aumento gradual das admissões durante o período em análise. A maior parte das crianças admitidas eram provenientes de famílias que retornaram recentemente às suas áreas de origem assim como de agregados que residiam em áreas antes inacessíveis, em que não existem serviços de saúde funcionais e a disponibilidade de alimentos é muito reduzida.

Presume-se que entre os residentes, a situação nutricional das famílias poderá melhorar ao longo dos próximos meses, como resultado de uma maior disponibilidade de alimentos, resultante das colheitas da campanha agrícola em curso e da menor susceptibilidade da ocorrência de doenças em particular diarreias e malária. No entanto, no seio das famílias retornadas, existe grande probabilidade de registar-se um aumento dos casos de malnutrição, por insuficiência de alimentos, assim como por doenças associadas, uma vez que terão dificuldades na fase de reinstalação no acesso a água e serviços de saúde.

De modo a prevenir situações preocupantes do ponto de vista nutricional, recomenda-se a continuidade ou implementação de programas nutricionais (Terapêuticos, Suplementares, educação nutricional – combinação de alimentos, introdução de alimentos sólidos em crianças em amamentação e outros); de distribuição alimentar (gratuita para os retornados e comida pelo trabalho e/ou por benefícios sociais – Food for Assets); ampliação da cobertura das despistagens nutricionais; melhoria dos serviços de saúde e onde for necessário e possível, envio de equipas móveis de saúde.

### 5.3 Saúde, água e saneamento

De acordo aos dados fornecidos pelo Departamento Provincial de Saúde Pública, a malária e as doenças diarreicas e respiratórias agudas, foram as patologias mais frequentes diagnosticadas nas unidades sanitárias da província durante o período em análise, das quais a malária foi a que mais óbitos causou.

Entre Novembro à Abril, foram notificados um total de 118 casos de Sarampo a nível da província. A maior parte dos casos foram registados no município da Humpata e o grupo etário mais afectado foram crianças menores de 1 ano, representando cerca de 53% dos casos notificados.

A rede sanitária na província integra unidades públicas (Hospitais, Centros de Saúde, Postos de Saúde e Postos de Socorro) e privadas (clínicas, postos de saúde e postos de socorro). Os cinco Hospitais centrais (Lubango), funcionam sem grandes dificuldades quer em termos de pessoal técnico (médicos, técnicos médios e básicos) como em termos de medicamentos, material e equipamento médico, assim como meios de diagnóstico.

Em relação aos Hospitais municipais em funcionamento nos municípios de Caluquembe, Matala (Capelongo) e Jamba, a excepção do Hospital de Capelongo que conta com um médico expatriado (AMI) e alguns técnicos médios e básicos, assim como de medicamentos, nos outros municípios os serviços médicos são assegurados por técnicos básicos e há falta de material e equipamento médico, medicamentos e meios de diagnóstico.

Nalguns municípios, existem Centros e Postos de Saúde bem equipados mas a qualidade dos serviços prestados é baixa, devido a reduzida qualificação dos técnicos (enfermeiros e promotores de saúde). Um número significativo de Centros e Postos de Saúde públicos, recebem mensalmente kits de medicamentos.

De um modo geral as famílias têm acesso aos serviços de saúde. Entretanto, a qualidade dos serviços e a disponibilidade de medicamentos difere entre os centros urbanos e áreas rurais assim como entre os serviços públicos e privados. A escolha das unidades sanitárias é determinada pela capacidade financeira e/ou das opções existentes na área em que as famílias se encontram.

Algumas unidades sanitárias a nível municipal e nalguns casos comunais, têm apoios em medicamentos, equipamento médico e até mesmo em pessoal qualificado (médicos e enfermeiros), de organizações não governamentais.

A excepção das áreas recentemente acessíveis, a cobertura vacinal na maior parte das sedes municipais, comunais e nalgumas localidades é considerada satisfatória (próximo ou acima dos níveis recomendados pela OMS – 80%).

Durante o período em análise não registou-se dificuldades no acesso a água para consumo da população. Os níveis dos lençóis freáticos garantiram água em quantidade suficiente para toda a população. Em relação a qualidade, importa referir que nos casos em que as cacimbas não são protegidas, devido as chuvas e escoamento superficial da água, várias cacimbas foram contaminadas com impurezas e material orgânico e inorgânico variado, tornando a água imprópria para consumo humano.

Existem e estão em funcionamento na maior parte das zonas peri-urbanas e rurais, manivelas e redes de fontenários e lavandarias nas quais a população retira água para consumo, cuja gestão é da responsabilidade dos núcleos comunitários constituídos para o efeito. Nas áreas rurais e nalguns casos na periferia de centros urbanos em que há cursos de água, as famílias utilizam para consumo água dos rios, riachos, lagoas e fontes naturais.

Nas zonas urbanas (a excepção da cidade do Lubango onde existe um sistema de recolha/remoção de lixo - contentores espalhados pela cidade e nalguns bairros periféricos), o lixo é colocado em aterros sanitários e/ou em lixeiras onde periodicamente ateiam fogo. Algumas famílias que residem na periferia, colocam o lixo em aterros sanitários abertos em locais comunitários ou nos seus quintais.

Nas zonas rurais, os lixos são depositados geralmente em aterros sanitários ou simplesmente espalham o lixo ao redor das casas, em áreas onde as famílias semeiam e plantam várias culturas. Existem localidades onde há lixeiras e periodicamente ateiam fogo.

Por falta de trabalhos de drenagem e nivelamento de determinadas zonas, verificou-se em vários bairros na periferia dos principais centros urbanos e em muitas localidades de zonas rurais, charcos e poças de água estagnada, que constituíram focos de proliferação de larvas e outros agentes patogénicos causadores de doenças.

- O banco de sangue do Hospital Central do Lubango tem efectuado testes de HIV/SIDA. De acordo a fontes do Departamento provincial de Saúde Pública, entre 1991 até final de 2002, haviam sido notificados 561 casos positivos de HIV/SIDA dos quais 102 morreram.
- Para além do Lubango e Matala não existem nos demais municípios meios de diagnóstico para a identificação de indivíduos infectados pelo HIV/SIDA. No entanto, a PRAZEDOR, tem realizado campanhas de sensibilização sobre HIV/SIDA e outras doenças sexualmente transmissíveis nos municípios do Chipindo, Dongo, Kuvango, Lubango e Matala.

De um modo geral, no próximo semestre haverá menos condições favoráveis para o desenvolvimento e proliferação de agentes patogénicos causadores de doenças tais como a diarreia e malária. No entanto, constitui um período em que aumentam os casos de doenças epidémicas, conjuntivites e gripes.

A vigilância epidemiológica e as acções de educação para saúde, nutrição e saneamento do meio, deverão continuar a ser realizadas por forma a manter e melhorar a qualidade de vida das populações. Prevendo-se a intensificação do processo de retorno das famílias às suas áreas de origem durante a estação seca, os organismos do Governo em parceria com as organizações humanitárias e Agências das Nações Unidas que trabalham no sector de saúde, nutrição e saneamento, deverão estender as redes sanitárias (infra-estruturas, técnicos qualificados, medicamentos e material/equipamento básico) e de saneamento (água fundamentalmente), nas novas áreas acessíveis.

## 6. Meios de sustento e estratégias de sobrevivência

### 6.1 Actividades de geração de renda

Durante o período em análise, as famílias residentes nas zonas urbanas da província tiveram diversas oportunidades de realização de actividades de geração de renda. As mais praticadas foram o comércio informal (ambulante, em pequenas praças nos arredores dos bairros, a porta de casa ou nalguns locais públicos no centro das cidades ou vilas); prestação de trabalhos domésticos ocasionais; movimentação de carga nos mercados e lojas assim como venda de brita e estiva de pedras para construção civil. Algumas famílias que vivem na periferia dos centros urbanos realizaram empreitadas agrícolas em parcelas ou explorações agrícolas localizadas nas proximidades dos centros urbanos e venda de bebidas fermentadas de fabrico caseiro.

Nas zonas rurais, as principais actividades alternativas de geração de renda foram a realização de empreitadas agrícolas nas hortas e lavras de indivíduos que solicitavam mão de obra; venda de bebidas fermentadas de fabrico caseiro; venda de artefactos diversos assim como a realização de pequenos negócios nos mercados locais.

### 6.2. Exploração de recursos naturais

Nas zonas rurais, embora de forma pouco intensa devido as chuvas, as famílias produziram carvão e recolheram lenha para venda, para além de recolherem cogumelos e outros produtos silvestres para venda e consumo.

A pesca fluvial com recurso a sistemas de captura tradicional – armadilhas e a caça também constituíram actividades que garantiram algum rendimento as famílias, fundamentalmente as que vivem nas zonas rurais e ao longo dos cursos de água – rios, lagoas e riachos.

A venda e revenda de óleo de *mompeque* – raiz de uma planta silvestre, é uma actividade realizada durante todo ano por mucubais e outros grupos populacionais, quer nas zonas rurais como urbanas.

### 6.3 Estratégias de sobrevivência

Ao longo do semestre em análise, algumas famílias cujas reservas alimentares já haviam esgotado, adoptaram como estratégias a redução do número de refeições e da quantidade de alimentos confeccionados.

Houve referência da prática de solidariedade intra e extra-familiar. Algumas famílias venderam a sua força de trabalho a troco de alimentos. Algumas pessoas (adultos, idosos e crianças - com maior expressão na cidade do Lubango), mendigaram pelas ruas e entradas de lojas e restaurantes na esperança de receberem algum apoio em alimentos ou dinheiro.

## 7. Identificação de áreas e grupos populacionais em risco de insegurança alimentar

Na tabela a seguir apresenta-se o quadro resumo da avaliação dos diferentes elementos de análise de vulnerabilidade à insegurança alimentar e a classificação do grau de risco geográfico.

**Tabela 4 – Risco geográfico à insegurança alimentar**

Áreas Geográficas		Acessibilidade	Agricultura	Actividades económicas e mercados	Saúde, Nutrição e Saneamento	Mecanismos de sobrevivência	Grau de risco
Municípios	Comuna ou Localidade						
Caconda	Caconda	±	±	±	±	-	M
	Cusse	±	-	--	-	-	ME
	Gungue	--	?	?	?	?	?
	Uaba	-	-	-	--	-	ME
Cacula	Cacula	±	±	±	±	-	M

Caluquembe	Calepi	±	±	-	-	-	M
	Caluquembe	±	±	±	±	-	M
	Negola	±	±	-	-	-	M
Chibia	Capunda Cavilongo	±	±	-	-	-	M
	Chibia	+	±	+	±	±	MB
	Jau	±	?	?	?	?	?
	Quihita	+	±	-	-	-	M
Chicomba	Chicomba	-	-	-	-	-	ME
	Cutenda	-	-	-	--	-	ME
Chipindo	Bambi	--	?	?	?	?	?
	Chipindo	-	±	-	-	-	ME
Gambos	Chiange	±	±	±	±	±	MB
	Chibemba	+	±	-	-	±	M
Humpata	Humpata	+	±	±	±	±	MB
Jamba	Dongo	±	±	-	-	±	M
	Jamba	±	±	±	-	±	M
	Chamutete	--	?	?	?	?	?
Kuvango	Galangue	-	-	--	-	-	ME
	Kuvango	±	±	±	-	±	M
	Vicungo	--	?	?	?	?	?
Lubango	Hoque	±	±	±	±	±	MB
	Huíla	+	±	±	±	±	MB
	Lubango	+	+	+	+	+	B
Matala	Capelongo	±	±	±	±	±	MB
	Matala	±	±	±	±	±	MB
	Mulondo	±	±	±	±	±	MB
Quilengues	Dinde	±	±	-	-	-	M
	Impulo	±	±	-	-	-	M
	Quilengues	±	±	±	-	±	M
Quipungo	Quipungo	±	±	±	±	±	MB

Das áreas avaliadas, o risco geográfico a insegurança alimentar é maior (Moderado a Elevado) nas comunas de Cusse, Uaba, Chicomba, Cutenda, Chipindo e Galangue. Na maior parte das localidades onde foi possível obter informações para análise de vulnerabilidade, o risco geográfico foi avaliado como Moderado, enquanto que nas sedes municipais e algumas comunais das áreas tradicionalmente acessíveis o risco foi avaliado como Moderado a Baixo. O município do Lubango é o que apresenta menor risco geográfico à insegurança alimentar – Baixo.

Apresenta-se em anexo I a tabela referente a classificação dos níveis de vulnerabilidade dos diferentes grupos populacionais identificados na província. O grau de vulnerabilidade à insegurança alimentar dos grupos populacionais é maior no Nível I e menor no Nível III o Nível II trata-se de uma situação intermédia.

O enquadramento dos grupos baseou-se na previsão da produção agrícola, reservas alimentares, capacidade de aquisição de bens de consumo e serviços, situação nutricional, grau de severidade das estratégias de sobrevivência adoptadas e capacidade de gerar e manter rendimentos alternativos.

Devido a indisponibilidade de dados não foi possível quantificar todos os grupos e naqueles em que se apresentam alguns números, correspondem a estimativas fornecidas pelos actores humanitários que intervêm e/ou realizaram avaliações rápidas da situação de vulnerabilidade nas diferentes zonas.

## 8. Conclusão: Índice integrado de vulnerabilidade

Da análise cruzada entre o grau de vulnerabilidade geográfica e os níveis de vulnerabilidade dos diferentes grupos populacionais, resultou o índice integrado de vulnerabilidade, apresentado no anexo II. Este índice, constitui uma matriz que fornece informação sobre o estado de vulnerabilidade dos grupos populacionais nas diferentes áreas geográficas onde foi possível avaliar o grau de risco geográfico de vulnerabilidade à insegurança alimentar.

De acordo ao índice integrado de vulnerabilidade a nível da província da Huíla, cujo resumo apresenta-se a seguir, pode-se enquadrar os diferentes grupos populacionais em quatro categorias de vulnerabilidade, conforme se apresenta na tabela 5.

**Tabela 5 – Resumo do índice integrado de vulnerabilidade**

Situação de vulnerabilidade	IDP	RET	REA	GSV	RES	TOTAL
Insegurança alimentar	19,650	37,450	700	1,570	1,350	60,720
Vulnerabilidade elevada	4,600	51,967	16,450	5,090	2,900	81,007
Vulnerabilidade moderada	0	6,230	9,600	250	36,700	52,780
Vulnerabilidade potencial	0	350	0	-	48,050	48,400
<b>TOTAL</b>	<b>24,250</b>	<b>95,997</b>	<b>26,750</b>	<b>6,910</b>	<b>89,000</b>	<b>242,907</b>

Os grupos populacionais mais numerosos (total) são os retornados, seguido dos residentes vulneráveis. Em termos de necessidade imediata de alimentos, devem ser considerados os grupos populacionais em situação de insegurança alimentar e vulnerabilidade elevada (na sua maioria encontram-se em áreas recentemente acessíveis) representados maioritariamente pelos retornados, deslocados e reassentados.

**População em situação de insegurança alimentar:** Integra os diferentes grupos populacionais enquadrados no nível de vulnerabilidade I, e que se encontram nas zonas em que o risco geográfico à insegurança alimentar foi avaliado como Moderado a Elevado e Moderado. As famílias que se encontram nesta categoria, enfrentaram no período em análise, muitas dificuldades para terem acesso aos alimentos, serviços sociais básicos e outros bens de consumo que necessitam para a sua subsistência. Os principais factores limitantes destes grupos são de entre outros as elevadas taxas de malnutrição; baixa capacidade produtiva – escassez de sementes e instrumentos de trabalho; serviços de saúde deficientes e nalguns casos inexistentes assim como deficiente acesso a água adequada para consumo humano.

Estes grupos encontram-se na maior parte dos casos em zonas em que o acesso é razoável durante a estação seca e difícil durante a estação chuvosa – geralmente limitada a automóveis com tracção. São zonas geográficas para as quais muitas famílias estão a retornar e a assistência humanitária é deficiente.

**População em situação de vulnerabilidade elevada:** Integra os grupos populacionais enquadrados nos níveis II e III de vulnerabilidade nas áreas de risco geográfico Moderado a Elevado; grupos populacionais do nível II nas zonas de risco geográfico Moderado e grupos populacionais do nível I nas zonas de risco geográfico Moderado a Baixo e Baixo. Tratam-se de famílias que têm algum acesso a alimentação – quer proveniente da sua auto-produção como adquirida nos mercados locais, mas não são capazes de garantir de forma permanente o acesso aos alimentos, devido a sua reduzida capacidade de produção e de gerar rendimentos.

As famílias enquadradas nesta categoria, encontram-se num estágio moderado de reabilitação sócio-económica. Apesar da vontade que manifestam em encontrar alternativas para a sua subsistência, enfrentam várias dificuldades no acesso aos serviços básicos e outros bens que necessitam, assim como ainda é débil a sua capacidade produtiva – escassez de animais para tracção e respectivas charruas, que lhes permitem aumentar as áreas de cultivo.

O acesso as zonas em que estes grupos se encontram é variável. Algumas zonas são acessíveis durante todo ano sem grandes dificuldades (zonas de risco geográfico Moderado a Baixo e Baixo), enquanto que noutras o acesso é razoável na estação seca e difícil na estação chuvosa (zonas de risco geográfico Moderado e Moderado a Elevado).

**População em situação de vulnerabilidade moderada:** São considerados nesta categoria, os grupos populacionais enquadrados no nível III de vulnerabilidade nas áreas de risco geográfico Moderado e nível II nas áreas de risco geográfico Moderado a Baixo e Baixo. Nesta categoria, as famílias têm acesso aos alimentos, bens de consumo e serviços sociais básicos durante quase todo ano. Isto é, possuem alguma capacidade de gerar rendimentos por forma a garantir a sua subsistência.

Constituem preocupações para as famílias nesta categoria, o aumento da capacidade produtiva – animais para tracção e charruas, melhoramento dos serviços sociais (saúde, saneamento e educação), melhoria dos acessos por forma a melhorar as transações comerciais, assegurando assim a estabilidade dos mercados locais em termos de quantidade e diversidade de produtos.

**População potencialmente vulnerável (grau de vulnerabilidade baixo):** Esta última categoria alberga os grupos populacionais enquadrados no nível III das zonas de risco geográfico Moderado a Baixo e Baixo. São aqui consideradas todas as famílias que com recurso as suas habilidades e oportunidades que o meio em que se encontram oferece, são capazes de garantir o acesso a alimentação, serviços básicos e outros bens de consumo que necessitam e ainda fazer algumas economias.

De um modo geral, as famílias nesta categoria clamam por maiores facilidades de micro-crédito e/ou crédito para o desenvolvimento de actividades diversas, melhoria das vias de acesso - incluindo pontes, programas de formação técnico-profissionais entre outras necessidades.

De entre os grupos populacionais que estiveram em situação de insegurança alimentar durante o período em análise, presume-se que as famílias que retornaram às suas áreas de origem depois de Outubro/02 e não tiveram oportunidade de estarem envolvidas na campanha agrícola em curso, continuarão em situação de insegurança alimentar, ao passo que as famílias que se envolveram na produção, embora obtenham baixas produções, devido as reduzidas áreas cultivadas e baixos rendimentos – solos virgens, poderão contar durante algum tempo (dois a três meses) com produtos da sua auto-produção. É provável que entre Julho a Setembro algumas famílias comecem a enfrentar dificuldades no acesso a alimentação.

As famílias que integram a categoria que se encontrava em situação de vulnerabilidade elevada no período em análise, poderão enfrentar poucas dificuldades no próximo semestre, dado haver boas indicações sobre as colheitas assim como as condições de acessibilidade permitirão aos diferentes actores sociais governamentais e não governamentais, estenderem as suas acções, garantindo assim os serviços e apoios necessários para a melhoria

das condições de vida das famílias. Em função da intensidade de consumo das reservas alimentares, poderão começar a surgir dificuldades no acesso aos alimentos entre Setembro a Novembro.

Quanto aos grupos populacionais que se encontravam nas outras duas categorias de vulnerabilidade (moderada e baixa), presume-se que no próximo semestre não enfrentarão dificuldades no acesso aos alimentos, serviços básicos e outros bens de consumo. Para além da grande disponibilidade de alimentos e outros produtos que se prevê haver nos mercados com a provável redução dos preços, algumas famílias obterão boas colheitas, possibilitando a constituição de reservas e obtenção de receitas com a venda do excedente.

Até ao final de Abril/03 eram inacessíveis para a comunidade humanitária, devido a pontes partidas e suspeita de minas as sedes comunais do Gungue e Uaba (Caconda); Cutenda (Chicomba); Bambi (Chipindo); Chamutete (Jamba) e Vicungo (Kuvango). Por razões de segurança foi suspensa a circulação de veículos de organizações humanitárias e de Agências das Nações Unidas na via que dá acesso à localidade de Cherequela, a partir da fazenda Tomba. A suspensão poderá eventualmente ser levantada ao longo do próximo semestre uma vez que estão a ser efectuados contactos com a APN para inspeccionar a via.

No quadro a seguir, apresenta-se as zonas em que intervieram organizações humanitárias durante o período em análise. Nas localidades negritadas houve distribuição de alimentos no âmbito das operações do PAM. Em relação ao semestre anterior, registou-se maior cobertura geográfica e o número de beneficiários foi consequentemente maior. A categoria de Reabilitação – reassentamento e Retorno é a que mais beneficiários tem, seguida da categoria de Emergência, onde constam os deslocados, Desmobilizados e Familiares.

**Quadro 3 – Áreas em que há presença de organizações humanitárias**

<b>Municípios</b>	<b>Localidades</b>	<b>Organizações</b>
Caconda	<b>Caconda</b> (sede), Cusse e Gungue, Uaba	
Caluquembe	<b>Caluquembe</b> (sede)	
Quilengues	<b>Quilengues</b> (sede)	
Lubango	<b>Lubango</b> (sede), <b>Hoque</b>	
Humpata	<b>Humpata</b>	
Chibia	<b>Chibia</b> (sede)	
Gambos	Chiange, Chibemba	
Quipungo	Quipungo (sede)	
Matala	<b>Matala</b> (sede), Capelongo	
Jamba	<b>Dongo, Jamba</b> (sede)	
Kuvango	<b>Kuvango</b> (sede), <b>Km 50, Vikungo, Galangues</b>	
Chipindo	<b>Chipindo</b> (sede), <b>Bambi, Bunjei</b>	
Chicomba	<b>Chicomba</b> (sede), <b>Quê, Cutenda</b>	
Cacula	<b>Cacula</b> (sede)	

## 9. Recomendações

As recomendações a seguir formuladas visam prevenir a deterioração da situação de vulnerabilidade dos diferentes grupos vulneráveis presentes nas diferentes áreas geográficas da província e promover a implementação de acções que contribuem para a melhoria das condições de vida dos grupos populacionais vulneráveis. A sua implementação deve ter em conta as características dos grupos e as condições de acessibilidade das zonas.

Os membros do grupo provincial deverão elaborar um plano de acção com base nas recomendações, afim de operacionalizarem as acções previstas. Isto é, atribuição de responsabilidades; avaliação da necessidade de estabelecimento de parcerias e formulação de um cronograma de actividades e plano de monitoria das intervenções.

- Reforçar e onde justificar-se implementar programas de recuperação e prevenção nutricional;
- Melhorar o abastecimento em medicamentos nas unidades sanitárias (principais e periféricas);
- Estender as acções de sensibilização sobre educação para saúde, nutrição e saneamento básico às novas áreas acessíveis e zonas de retorno de famílias;
- Expandir os programas de água e saneamento do meio para às novas áreas acessíveis e zonas de retorno de famílias;
- Reforçar e aumentar a cobertura dos projectos de fomento de animais de pequeno porte e aves
- Reforçar e aumentar a cobertura dos projectos de fomento de animais para tracção;
- Realizar em Junho, avaliações sobre as reservas alimentares nas áreas de risco geográfico Moderado a Baixo e Baixo, onde haja distribuições gerais de alimentos de modo a tomar-se decisões sobre possíveis mudanças de estratégia de intervenção;
- Dar continuidade e reforçar os programas de vigilância e despistagens nutricionais;
- Ajustar os planos de necessidade em insumos agrícolas em função da situação actual do processo de retorno as áreas de origem e resultados das colheitas;
- Expandir os programas de sensibilização sobre o HIV/SIDA e outras doenças de transmissão sexual;
- Dar continuidade a implementação de micro-projectos/actividades de reabilitação de vias de acesso secundárias e terciárias e reabilitação de pequenas pontes;
- Melhorar o sistema de recolha de dados (quantitativos e qualitativos) sobre agricultura, nutrição e saúde;

**Classificação dos níveis de vulnerabilidade dos diferentes grupos populacionais**

**ANEXO I**

Áreas Geográficas		Níveis de vulnerabilidade por Grupos Populacionais																				
Município	Local/Com	I						Total	II						Total	III						Total
		IDP	RET	REA	GSV	RES	IDP		RET	REA	GSV	RES	IDP	RET		REA	GSV	RES				
Caconda	Caconda	11,300	2,000	700	500	100	14,600	0	6,000	6,170	X	100	12,270	0	2,000	0	X	3,000	5,000			
	Cusse	0	3,000	0	X	X	3,000	0	1,960	0	X	X	1,960	0	X	0	X	X	0			
	Gungue	0	3,200	0	X	X	3,200	0	800	0	X	X	800	0	X	0	X	X	0			
	Uaba	0	2,400	0	X	X	2,400	0	1,600	0	X	X	1,600	0	X	0	X	X	0			
<b>Sub-total</b>		<b>11,300</b>	<b>10,600</b>	<b>700</b>	<b>500</b>	<b>100</b>	<b>23,200</b>	<b>0</b>	<b>10,360</b>	<b>6,170</b>	<b>0</b>	<b>100</b>	<b>16,630</b>	<b>0</b>	<b>2,000</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>3,000</b>	<b>5,000</b>			
Cacula	Cacula	250	550		X	100	900		157	100		150	407		80	0	X	3,600	3,680			
<b>Sub-total</b>		<b>250</b>	<b>550</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>100</b>	<b>900</b>	<b>0</b>	<b>157</b>	<b>100</b>	<b>0</b>	<b>150</b>	<b>407</b>	<b>0</b>	<b>80</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>3,600</b>	<b>3,680</b>			
Caluquembe	Calepi	0	X	0	X	50	50	0	350	0	X	100	450	0	X	0	X	2,200	2,200			
	Caluquembe	5,100	800	0	250	100	6,250	0	1,600	10,180	X	200	11,980	0	300	0	X	5,000	5,300			
	Negola	X	X	0	X	100	100	0	550	0	X	150	700	0	550	0	X	3,600	4,150			
<b>Sub-total</b>		<b>5,100</b>	<b>800</b>	<b>0</b>	<b>250</b>	<b>250</b>	<b>6,400</b>	<b>0</b>	<b>2,500</b>	<b>10,180</b>	<b>0</b>	<b>450</b>	<b>13,130</b>	<b>0</b>	<b>850</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>10,800</b>	<b>11,650</b>			
Chibia	Capunda	0	X	0	X	50	50	0	X	0	X	50	50	0	X	0	X	1,100	1,100			
	Cavilongo	0	X	0	X	50	50	0	X	0	X	50	50	0	X	0	X	1,100	1,100			
	Chibia	X	X	0	50	50	100	0	100	0	X	100	200	0	X	0	X	2,350	2,350			
	Jau	0	X	0	X	50	50	0	X	0	X	50	50	0	X	0	X	1,300	1,300			
<b>Sub-total</b>		<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>50</b>	<b>200</b>	<b>250</b>	<b>0</b>	<b>100</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>250</b>	<b>350</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>5,750</b>	<b>5,750</b>			
Chicomba	Chicomba	0	12,600	0	X	X	12,600		5,250	0	X	X	5,250	0	200	0	X	X	200			
	Cutenda	0	6,000	0	X	X	6,000		2,500	0	X	X	2,500	X	100	0	X	X	100			
<b>Sub-total</b>		<b>0</b>	<b>18,600</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>18,600</b>	<b>0</b>	<b>7,750</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>7,750</b>	<b>0</b>	<b>300</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>300</b>			
Chipindo	Bambi	0	4,300	0	X	X	4,300		2,800	0	X	X	2,800		100	0	X	X	100			
	Chipindo	0	X	0	150	X	150		18,500	0	X	X	18,500		200	0	X	X	200			
<b>Sub-total</b>		<b>0</b>	<b>4,300</b>	<b>0</b>	<b>150</b>	<b>0</b>	<b>4,450</b>	<b>0</b>	<b>21,300</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>21,300</b>	<b>0</b>	<b>300</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>300</b>			
Gambos	Chiange	0	X	0	30	150	180	0	X	0	X	250	250	0	X	0	0	6,700	6,700			
	Chibemba	0	X	0	X	100	100	0	X	0	X	150	150	0	X	0	X	4,000	4,000			
<b>Sub-total</b>		<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>30</b>	<b>250</b>	<b>280</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>400</b>	<b>400</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>10,700</b>	<b>10,700</b>			
Humpata	Humpata	0	X	0	160	100	260	0	X	0	X	150	150	0	X	0	X	4,000	4,000			
<b>Sub-total</b>		<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>160</b>	<b>100</b>	<b>260</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>150</b>	<b>150</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>4,000</b>	<b>4,000</b>			
Jamba	Dongo	3,000	X	0	170	X	3,170	0	7,000	0	X	X	7,000	0	X	0	X	X	0			
	Jamba	0	X	0	X	50	50	0	X	0	X	50	50	0	X	0	X	1,500	1,500			
	Thcamutete	0	X	0	X	50	50	0	X	0	X	50	50	0	X	0	X	1,000	1,000			
<b>Sub-total</b>		<b>3,000</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>170</b>	<b>100</b>	<b>3,270</b>	<b>0</b>	<b>7,000</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>100</b>	<b>7,100</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>2,500</b>	<b>2,500</b>			
Kuvango	Galangue	0	10,100	0	X	100	10,200	0	X	0	X	X	0	0	X	0	X	250	250			
	Kuvango	0	X	0	100	100	200	0	4,500	0	X	100	4,600	0	X	0	X	3,300	3,300			
	Vicungo	0	8,500	0	X	X	8,500	0	X	0	X	X	0	0	X	0	X	0	0			
<b>Sub-total</b>		<b>0</b>	<b>18,600</b>	<b>0</b>	<b>100</b>	<b>200</b>	<b>18,900</b>	<b>0</b>	<b>4,500</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>100</b>	<b>4,600</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>3,550</b>	<b>3,550</b>			
Lubango	Hoque	1,600	X	0	200	100	1,900	0	100	600	X	100	800	0	X	0	X	3,200	3,200			
	Huíla	0	X	0	X	100	100	0	X	0	X	150	150	0	X	0	X	3,750	3,750			
	Lubango	X	X	0	2,000	200	2,200	0	900	0	X	300	1,200	0	100	0	X	9,300	9,400			
<b>Sub-total</b>		<b>1,600</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>2,200</b>	<b>400</b>	<b>4,200</b>	<b>0</b>	<b>1,000</b>	<b>600</b>	<b>0</b>	<b>550</b>	<b>2,150</b>	<b>0</b>	<b>100</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>16,250</b>	<b>16,350</b>			
Matala	Capelongo	0	X	0	200	100	300	0	X	0	X	100	100	0	X	0	X	2,500	2,500			
	Matala	3,000	X	0	450	100	3,550	0	2,200	8,000	X	150	10,350	0	250	0	X	4,900	5,150			
	Mulondo	0	X	0	X	100	100	0	X	0	X	50	50	0	X	0	X	850	850			
<b>Sub-total</b>		<b>3,000</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>650</b>	<b>300</b>	<b>3,950</b>	<b>0</b>	<b>2,200</b>	<b>8,000</b>	<b>0</b>	<b>300</b>	<b>10,500</b>	<b>0</b>	<b>250</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>8,250</b>	<b>8,500</b>			
Quilengues	Dinde	0	X	0	X	100	100	0	X	0	X	50	50	0	X	0	50	950	1,000			
	Impulo	0	X	0	X	100	100	0	X	0	X	50	50	0	X	0	100	700	800			
	Quilengues	0	X	0	200	50	250	0	1,500	0	X	50	1,550	0	X	1,000	100	1,700	2,800			
<b>Sub-total</b>		<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>200</b>	<b>250</b>	<b>450</b>	<b>0</b>	<b>1,500</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>150</b>	<b>1,650</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>1,000</b>	<b>250</b>	<b>3,350</b>	<b>4,600</b>			
Quipungo	Quipungo	0	X	0	2,000	250	2,250	0	X	0	X	350	350	0	X	0	X	10,500	10,500			
<b>Sub-total</b>		<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>2,000</b>	<b>250</b>	<b>2,250</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>350</b>	<b>350</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>10,500</b>	<b>10,500</b>			
<b>Total por grupo</b>		<b>24,250</b>	<b>53,450</b>	<b>700</b>	<b>6,460</b>	<b>2,500</b>	<b>87,360</b>	<b>0</b>	<b>58,367</b>	<b>25,050</b>	<b>0</b>	<b>3,050</b>	<b>86,467</b>	<b>0</b>	<b>3,880</b>	<b>1,000</b>	<b>250</b>	<b>82,250</b>	<b>87,380</b>			

X - Não há dados disponíveis.

## Índice integrado de vulnerabilidade

## ANEXO II

Áreas Geográficas			Grupos Populacionais																	
Risco	Local.	Mun.	I					TOTAL	II					TOTAL	III					TOTAL
			IDP	RET	REA	GSV	RES		IDP	RET	REA	GSV	RES		IDP	RET	REA	GSV	RES	
ME	Cusse	Caconda	0	3,000	0	X	X	3,000	0	1,960	0	X	X	1,960	0	X	0	X	X	0
ME	Uaba		0	2,400	0	X	X	2,400	0	1,600	0	X	X	1,600	0	X	0	X	X	0
ME	Chicomba	Chicomba	0	12,600	0	X	X	12,600	0	5,250	0	X	X	5,250	0	200	0	X	X	200
ME	Cutenda		0	6,000	0	X	X	6,000	0	2,500	0	X	X	2,500	0	100	0	X	X	100
ME	Chipindo	Chipindo	0	X	0	150	X	150	0	18,500	0	X	X	18,500	0	200	0	X	X	200
ME	Galangue	Kuvango	0	10,100	0	X	100	10,200	0	X	0	X	X	0	0	X	0	X	250	250
<b>Sub-total</b>			<b>0</b>	<b>34,100</b>	<b>0</b>	<b>150</b>	<b>100</b>	<b>34,350</b>	<b>0</b>	<b>29,810</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>29,810</b>	<b>0</b>	<b>500</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>250</b>	<b>750</b>
M	Cacula	Cacula	250	550		X	100	900	0	157	100	X	150	407		80	0	X	3,600	3,680
M	Calepi	Caluquembe	0	X	0	X	50	50	0	350	0	X	100	450	0	X	0	X	2,200	2,200
M	Caluquembe		5,100	800	0	250	100	6,250	0	1,600	10,180	X	200	11,980	0	300	0	X	5,000	5,300
M	Negola		X	X	0	X	100	100	0	550	0	X	150	700	0	550	0	X	3,600	4,150
M	Capunda	Chibia	0	X	0	X	50	50	0	X	0	X	50	50	0	X	0	X	1,100	1,100
M	Cavilongo		0	X	0	X	50	50	0	X	0	X	50	50	0	X	0	X	1,000	1,000
M	Chibemba	Gambos	0	X	0	X	100	100	0	X	0	X	150	150	0	X	0	X	4,000	4,000
M	Dongo	Jamba	3,000	X	0	170	X	3,170	0	7,000	0	X	X	7,000	0	X	0	X	X	0
M	Jamba		0	X	0	X	50	50	0	X	0	X	50	50	0	X	0	X	1,500	1,500
M	Kuvango	Kuvango	0	X	0	100	100	200	0	4,500	0	X	100	4,600	0	X	0	X	3,300	3,300
M	Capelongo	Matala	0	X	0	200	100	300	0	X	0	X	100	100	0	X	0	X	2,500	2,500
M	Mulondo		0	X	0	X	100	100	0	X	0	X	50	50	0	X	0	X	850	850
M	Dinde	Quilengues	0	X	0	X	100	100	0	X	0	X	50	50	0	X	0	50	950	1,000
M	Impulo		0	X	0	X	100	100	0	X	0	X	50	50	0	X	0	100	700	800
M	Quilengues		0	X	0	200	50	250	0	1,500	0	X	50	1,550	0	X	1,000	100	1,700	2,800
M	Caconda	Caconda	11,300	2,000	700	500	100	14,600	0	6,000	6,170	X	100	12,270	0	2,000	0	X	3,000	5,000
<b>Sub-total</b>			<b>19,650</b>	<b>3,350</b>	<b>700</b>	<b>1,420</b>	<b>1,250</b>	<b>26,370</b>	<b>0</b>	<b>21,657</b>	<b>16,450</b>	<b>0</b>	<b>1,400</b>	<b>39,507</b>	<b>0</b>	<b>2,930</b>	<b>1,000</b>	<b>250</b>	<b>35,000</b>	<b>39,180</b>
MB	Chibia	Chibia	0	X	0	50	50	100	0	100	0	X	100	200	0	X	0	X	2,350	2,350
MB	Chiange	Gambos	0	X	0	30	150	180	0	X	0	X	250	250	0	X	0	X	6,700	6,700
MB	Humpata	Humpata	0	X	0	160	100	260	0	X	0	X	150	150	0	X	0	X	4,000	4,000
MB	Hoque	Lubango	1,600	X	0	200	100	1,900	0	100	600	X	100	800	0	X	0	X	3,200	3,200
MB	Huila		0	X	0	X	100	100	0	X	0	X	150	150	0	X	0	X	3,750	3,750
MB	Quipungo	Quipungo	0	X	0	2,000	250	2,250	0	X	0	X	350	350	0	X	0	X	10,500	10,500
MB	Capelongo	Matala	0	X	0	200	100	300	0	X	0	X	100	100	0	X	0	X	2,500	2,500
MB	Mulondo		0	X	0	X	100	100	0	X	0	X	50	50	0	X	0	X	850	850
MB	Matala		3,000	X	0	450	100	3,550	0	2,200	8,000	X	150	10,350	0	250	0	X	4,900	5,150
<b>Sub-total</b>			<b>4,600</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>3,090</b>	<b>1,050</b>	<b>8,740</b>	<b>0</b>	<b>2,400</b>	<b>8,600</b>	<b>0</b>	<b>1,400</b>	<b>12,400</b>	<b>0</b>	<b>250</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>38,750</b>	<b>39,000</b>
B	Lubango	Lubango	X	X	0	2,000	200	2,200	0	900	0	X	300	1,200	0	100	0	X	9,300	9,400
<b>Sub-total</b>			<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>2,000</b>	<b>200</b>	<b>2,200</b>	<b>0</b>	<b>900</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>300</b>	<b>1,200</b>	<b>0</b>	<b>100</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>9,300</b>	<b>9,400</b>
<b>Total geral</b>			<b>24,250</b>	<b>37,450</b>	<b>700</b>	<b>4,660</b>	<b>2,400</b>	<b>69,460</b>	<b>0</b>	<b>53,867</b>	<b>25,050</b>	<b>0</b>	<b>2,800</b>	<b>81,717</b>	<b>0</b>	<b>3,680</b>	<b>1,000</b>	<b>250</b>	<b>74,000</b>	<b>78,930</b>

X - Não há dados disponíveis.